

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

ASSUNTO:	PROTOCOLO	O №
CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICE DE HORIZONTE.		
DE MORIZONIE.		
<u> </u>		
DESPACHO:		
em		de 19
DISTRIBUIÇÃ	0	
Ao Sr DEPUTADO FRANCISCO AGUIAR	em	de 19
O Presidente da Comissão de <u>CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDA</u>		
Ao Sr		
A0 01.		
O Presidente da Comissão de		
O Presidente da Comissão deAo Sr	em	de 19 de 19
O Presidente da Comissão de Ao Sr O Presidente da Comissão de	em	de 19 de 19
O Presidente da Comissão de Ao Sr O Presidente da Comissão de Ao Sr	em em	de 19 de 19 de 19 de 19
O Presidente da Comissão de Ao Sr O Presidente da Comissão de Ao Sr O Presidente da Comissão de	em em	de 19 de 19 de 19 de 19
O Presidente da Comissão de	em	de 19 de 19 de 19 de 19 de 19
O Presidente da Comissão de	em	de 19 de 19 de 19 de 19 de 19
O Presidente da Comissão de	em em	de 19
O Presidente da Comissão de	ememem	de 19

Myodrale vias

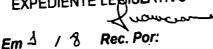
SINOPSE

PROJETO Nº	de	de	de 19
EMENTA:	- .		
			
AUTOR:			
Discussão única	.		
Discussão inicial			
Discussão final			
Redação final		- · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	
Remessa à sanção _			
Sancionado em	de		de 19
Promulgado em	de		de 19
Vetado em	de		de 19
Publicado no "Diário O	ficial" de	de	de 19





PROJETO DE LEI 73 /2001 PROTOCOLO DE ENTRADA DO EXPEDIENTE LEGISLATIVO





CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUIZA LOPES GADELHA DE HORIZONTE.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ DECRETA:

Art. 1º - Fica considerada de utilidade pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico no município de Horizonte.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1º de agosto de 2001.

DEPUTADO PAULO AFONSO

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres

Tel: (0-XX-85) 277.2500 - Fax: (0-XX-85) 277.2753

Telex: (85) 1157 - CEP 60170-002 - Fortaleza - Ceará

E-mail: epovo@al.ce.gov.br - http://www.al ce.gov.br





JUSTIFICATIVA

Este Projeto de Lei tem por finalidade reconhecer como de utilidade pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, entidade civil, sem fins lucrativos, cujo objetivo é lutar por melhores condições de vida para o povo do município de Horizonte, prioritariamente nos setores de serviço social, educação, saúde, cultura e esporte.

DEPUTADO PAUSO AFONSO



CARTÓRIO MACIEL

Estado do Ceará - Comarca de Pacajus' 2º OFÍCIO

CYNTHIA ATHAYDE MACIEL SANTOS Tabeliã, Oficial do Reg, de Imóveis, Tít. e Documen DARCÍLIA MARIA DE SOUSA MACIEL Tabelia Substituta

CYNTHIA ATHAYDE MACIEL SANTOS DARCILIA MARIA DE SOUSA MACIEL SUBSTITUTA OA)CO PACAMO

CERTIDÃO

CERTIFICO a requerimento verbal da parte interessada que revendo no Cartório a seu cargo, os Livros de Registro Integral de Pessoas Jurídicas, delés ás fils 27/27v, do Livro A, foi feito o Registro sob n. 29 (vinte e nove) procedido aos 11 de dezembro de 1986, do ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUIZA' LOPES GADELHA, o qual na AV-1-29 procedida aos 27/06/2001 foi feita averbação Reformulação Estatutária da Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha e passou a ter a seguinte redação: Titulo- Denominação - Fins - Sede. ART. 1º - Á Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, fundada em 19 de março de 1983, é uma sociedade civil sem fins lucrativos de natureza assistencial, com sede na Rua Luiza Honorato, s/n, no município de Horizonte, Estado do Ceará, e terá duração por prazo indeterminado, não distribui resultados dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sobre nenhuma forma de contexto.ART. 2º - A Associação tem por finalidade assistir socialmente as pessoas necessitadas e outros municípios do Estado do Ceará, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção dos objetivos institucionais no território nacional em caráter geral, propondo-se a desenvolver os seguintes objetivos: a)- criação e manutenção de estabelecimentos de Ensinos de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos Profissionalizantes, Técnicos Operacional e Artístico, visando elevar o padrão sóciocultural das comunidades assistidas pela Associação: b)-"criação e manutenção de estabelecimento de médico hospitalar, laboratorial, ambulatorial, clinica médica, pesquisas cientificas, promover medidas educativas e preventivas á saúde básica em nosso município e outras comunidades observados os preceitos pertinentes, com a finalidade de assistir a comunidade carente c) criação e manutenção de estabelecimento sócio-esportivos com a finalidade de incentivar a prática do desporto em geral, incrementando, impulsionando e por fim mantendo o intercâmbio social da região, e o lazer das comunidades d)- criação e manutenção de departamento jurídico, para em caráter assistencial, prestar assistência jurídica as comunidades carentes.e)criação e desenvolvimento em mutirão junto a comunidade, do plantio de hortalicas, ensino de corte e costura, articulinária e outras atividades, valorizando principalmente a mão de obra e os recursos naturais da região. F)- criação e icrementação de serviços social, observando os preceitos técnicos legais, objetivando assistir a velhice, a criança e o adolescente, a mãe solteira e desassistindo em geral, com a finalidade de integra-los na meio social.ART.3º - Para cumprimento fiel de seus objetivos, a Associação colaborar'com os poderes, podendo receber doações 'com ousem' encargos para constituição de fundos especiais para manutenção dos serviços a que se propões, e obter recusos sobre forma de convênios, empréstimos a fundo perdido ou não, junto á união, estado e município, bem como junto a entidade públicas e privadas," nacionais ou estrangeiras, observando a legislação pertinente ART 4º 111. A Associação poderá celebrar convênios e contratos com instituições féderais, estaduáis, e municipais da

Praça Carlos Jereissati n. 291—Pacajus - CE - CEP 62 870 - 000 Tel/FAX (085) 348 1195 ij SELO DE AUTENTICIDADE Control of AUTENTICAÇÃO Fraitos (substitute)

Página 1 de3

INDAM DIGOTAL

administração direta ou indireta, bem como pessoas de direitos privados, para cumprimento de seus objetivos, e contratar serviços profissionais especializados nas diversas áreas atuação a que se propõe e poder prestar os serviços permanentes e sem qualquer descriminação de clientela. ART 5° - O Fundo Financeiro da Associação será mantido enquanto perdurar a sua existôencia, não havendo remuneração, nem concede vantagens ou beneficios por qualquer forma ou titulo, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente de sua administração. ART.6º - Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o saldo existente em caixa, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS ou uma entidade pública, a critério da instituição. Parágrafo Único-A dissolução ou extinção da Associação só poderá ocorrer mediante proposta de membro da diretoria ou sóciofundador, mediante a aprovação de 2/3 (dois terço) da Assembléia Geral, compreendida, como tal, a diretoria e os sócios fundadores. Titulo II- Da Administração- Dos Sócios-Dos Diretores e Deveres dos Sócios- ART. 7º - A Associação terá administração próprio, assim constituída: Presidente, Vice -presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretoradministrativo e Diretor de Patrimônio ART.8° - São deveres dos Associados: prestigiara Sociedade respeitando os seus Estatutos, aceitar e desempenhar cargos para os quais forem eleitos. ART. 9°, São direitos dos Associados: a)- Presidente: Após cumprir o seu mandato, figura nas diretórias futuras,na qualidade de membro-nato, com direito a votar e ser votado, em igualdade de condições com os demais.b)- Sócios fundadores: Votar e ser votado para a composição da diretoria, mediante a apresentação de seu nome em chapa, no prazo e nas condições estabelecidas pela Assembléia Geral.c)- Sócios Colaboradores: Participar das reuniões da Associação, adquirindo, após 05 (cinco) anos de filiação, o direito de votar e ser votado para cargo de direção, na mesma condição do sócio fundador. Titulo III - Do Patrimônio: ART. 10º - O Patrimônio da Associação será composto pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, a titulo oneroso ou não, bem como, dos valores disponíveis que venha adquirir, conforme se propõe. Titulo IV- Das Atribuições do Diretores- ART.11° - Os diretores terão as seguintes atribuições: a)- Presidente: Representar ativa e passivamente a Associação, em juízo ou fora dele, presidir reuniões e assembléias, gerindo os negócios da Associação, autorizar despesas e movimentar contas, em conjunto co o tesoureiro ou seu substitui. B)-Vice- Presidente: Substituir o presidente nas suas e impedimentos. C)-Secretário: Substituir o Vice- Presidente nas suas faltas e impedimentos, lavrar atas, definir expediente da diretoria, e secretariar, e secretariar, de um modo geral, os trabalhos da diretoria e das assembléias. D)- Tesoureiro: Gerir, em conjunto com o Presidente os fundos financeiros da Associação, assinado, em conjunto com este as autorizações de despesas e movimentações de conta da Associação. e)- Diretor Administrativo: Auxiliar diretamente o Presidente na execução de suas atribuições, substituindo os demais membros da diretoria nas suas faltas e impedimentos. F)- Diretor de Patrimônio: Velar pelo patrimônio da Associação, no que se refere aos bens moveis e imóveis, promovendo a sua melhor conservação, Titulo V - Do Conselho Fiscal-ART.12° - A Associação terá um Conselho Fiscal composto por 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, escolhidos entre os sócios fundadores, eleitos juntamente com a diretoria. Titulo VI - Das Disposições Gerais e Transitórias- ART.13º -A responsabilidade civil da Associação será limitada ao momento do seu patrimônio. ART.14°- A reeleição da diretória só será permitido por um período consecutivo, quer , na sua totalidade, quer por cada um de seus membros. ART. 15°- Os membros das diretorias serão exercidos pelo prazo de 04 (quatro) anos. ART.16º- No Caso de , impedimento de qualquer membro da diretoria por prazo superior a 90 (noventa) dias, por qualquer motivo, justificado ou não, oseu cargo será considerado vogo, declarando Praça Carlos Jereissati n. 291 – Pacajus – CE – CEP 62 870 – 000 Tel/FAX (085) 348 1195

Página 2 de 3

A presente cópia fotosrática confere sum
a original exiciba nestas notas públicos
O referido é verdode. Dou N.

SELO DE AUTENTI TRASE: Sim beste de verdode. Dou N.

AMOREC CE SENACO POLICIPACIDA I TOTIZUNTO,
Provinento nº 0697 - T.

Bale Aparecida lika Freitas
Wilton Freitas (substituto)
Denis Guimardes Loiola (substituto)
Vulido sumento com selo de autenticidade



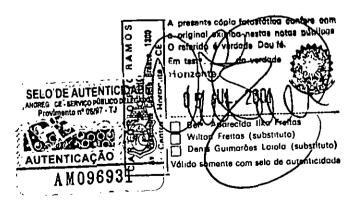
CARTÓRIO MACIEL

Estado do Ceará – Comarca de Pacajus 2º OFÍCIO

como tal pela Assembléia Geral, e convocada, no prazo de 15 (quinze) dias, a eleição de seu substituto. ART. 17°- A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária só será constituída com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, na primeira convocação e, em qualquer número em segunda, uma hora depois da primeira, só deliberando com votação de 2/3 (dois terços) dos presentes, em qualquer delas. ART. 18°- A Assembléia Geral Eleitoral deverá ser realizada 15 (quinze) dias antes de findo o mandato da Diretória e do Conselho Fiscal. ART. 19°- Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia geral. Horizonte-Ce, 16 de Junho de 2001. (as)- Presidente – Geyanne Takhashi da Silva Lourenço- Vice-presidente- Raimundo Nonato de Lima- Secretário- Maria do Socorro da Silva Lima- Tesoureiro- Maria Heliene da Silva Vale-Diretor Administrativo (as)- Evilásio Freitas Cavalcante-Diretor de Patrimônio- (as) Adairlson Inácio dos Santos- Conselho Fiscal- (as) Presidente- Francisco Elisvam da Silva- Vogais- (as) Francisca Maria da Silva- Cícero Tarciano Cruz de Oliveira- Suplente: Mônica Sampaio Magalhães e Maria Lourenço de Lima. Está conforme ao Original, dou fé.













DECLARAÇÃO

Dra. Patrícia Tito Vargas, Representante do Ministério Público desta Cidade e Comarca de Horizonte, Estado do Ceará, por nomeação legal etc.

DECLARA, para os devidos fins de direito que a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZIA LOPES GADELHA, com sede à Rua Luíza Honorato, s/nº, Bairro Mangueiral, na cidade de Horizonte, fundada no dia 19.03.83, continua com seu funcionamento normal, atendendo as comunidades carentes, tem sua Diretoria constituída por Geyanne Takahashi da Silva Lourenço - Presidente; Raimundo Nonato de Lima - Vice-presidente; Maria do Socorro da Silva Lima - Secretária; Maria Heliene da Silva - Tesoureira; Evilásio Freitas Cavalcante - Diretor Administrativo; Adarilson Inácio dos Santos - Diretor de Patrimônio; Conselho Fiscal: Francisco Elisvan da Silva - Presidente; Vogais: Francisca Maria da Silva e Círcero Tarciano Cruz de Oliveira; Suplentes: Mônica Sampaio Magalhães e Maria Lourenço de Lima, com mandado de 04(quatro) anos, iniciados no dia 19 de março de 1999 e término no dia 19 de março de 2003.

Horizonte, 5 de julho de 2001.

PATRÍCIA TITO VARGAS Promotora de Justiça

os (substituto)



GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ SECRETARIA DO TRABALHO E AÇÃO SOCIAL- SETAS CENTRO DE REFERÊNCIA MAURICE PATE



FICHÁRIO CENTRAL DE OBRAS SOCIAIS DO CEARÁ - F.C.O.S.C.

Registro no Conselho Nacional de Serviço Social de acordo com o Processo 22 217/1960, de 14/03/1960, e considerado de Utilidade Pública Estadual pela Lei nº 6.372, de 29/06/1963

ATESTADO DE FUNCIONAMENTO

Decreto n.º 10 165 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 02. 02 1973) Decreto n.º 19 003 - (Diário Oficial do Estado do Ceará de 17 12 1987)

A PRESIDENTE do Fichário Central de Obras Sociais do Ceará, sediada em Fortaleza,

A T E S T A , para os fins previstos nos Decretos nº 10.165, de 01 de fevereiro de 1973 e nº 19.003, de 15 de dezembro de 1987 e por solicitação escrita da parte interessada, que a entidade ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZIA LOPES GADELHA situada à Rua LUIZA HONORATO, S/N - MANGUEIRAL Município HORIZONTE, está registrada neste fichário sob o nº 6004S009/00, com base na documentação apresentada e declaração de existência e funcionamento, expedida pelo representante do MINISTÉRIO PÚBLICO do citado município DRA. PATRÍCIA TITO VARGAS - PROMOTORA DE JUSTIÇA.

Fortaleza, O9 de Julho de 2001

Presidente do F.C.O.S.C.

Cons. Técnica do F.C.O S.C.

Av. Barão de Studart, 598 A - Aldeota - Telefone: 261. 2470 Fortaleza - Ce CEP: 60.120-000 Decreto nº 19 003, de 15 12 1987, conforme o art 5º só será concedida subvenção social à entidade devidamente registrada no F.C.O.S.C

REFORMULAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO ESTATUTÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DE LIBERA ATRAYOR MADEIRA SANTO TABBILIA SANTO

TÍTULO I – DENOMINAÇÃO - FINS - SEDE

- Art. 1° À Associação Beneficente Luzia Lopes Gadêlha, fundada em 19 de março de 1983, é uma sociedade civil sem fins lucrativos de natureza assistencial, com sede na Rua Luiza Honorato, S/N, no município de Horizonte, Estado do Ceará, e terá duração por prazo indeterminado, não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio sobre nenhuma forma de contexto.
- Art. 2° À Associação tem por finalidade assistir socialmente as pessoas necessitadas de Horizonte e outros municípios do Estado do Ceará, aplicando integralmente suas rendas, recursos e eventual resultado operacional na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais no território nacional em caráter geral, propondo-se a desenvolver os seguintes objetivos:
- <u>a.</u> criação e manutenção de estabelecimentos de Ensino de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Cursos Profissionalizantes, Técnico Operacional e Artístico, visando elevar o padrão sócio-cultural das comunidades assistidas pela associação.
- <u>b.</u> criação e manutenção de estabelecimento médicohospitalar, laboratorial, ambulatorial, clinica médica, pesquisas científicas, promover medidas educativas e preventivas á saúde básica em nosso município e outras comunidades observados os preceitos pertinentes, com a finalidade de assistir a comunidade carente.
- <u>c.</u> criação e manutenção de estabelecimento sócioesportivo com a finalidade de incentivar a prática do desporto em geral, incrementado, impulsionando e por fim mantendo o intercâmbio social da região, e o lazer das comunidades.
- <u>d.</u> criação e manutenção de departamento jurídico, para em caráter assistencial, prestar assistência jurídica as comunidades carentes.
- <u>e.</u> criação e desenvolvimento em mutirão junto a comunidade, do plantio de hortaliças, ensino de corte e costura, articulinária e outras atividades, valorizando principalmente a mão-de-obra e os recursos naturais da região.
- <u>f.</u> criação e incrementação do serviço social, observando os preceitos técnicos legais objetivando assistir a velhice, a criança e o adolescente, a mãe solteira e desassistidos em geral, com a finalidade de integra-los no meio social.



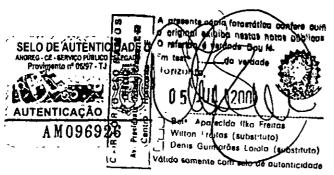
VI

DARCILIA MARIA DE SOUSA MACIEI

- Art. 3° Para cumprimento fiel de seus objetivos, a Associação colaborará com os poderes públicos, podendo receber doações com ou sem encargos para constituição de fundos especiais para manutenção dos serviços a que se propõe, e obter recursos sobre forma de convênios, empréstimos a fundo perdido ou não, junto à união, estado e município, bem como junto a entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, observando a legislação pertinente.
- Art. 4° A Associação poderá celebrar convênios e contratos com instituições federais, estaduais e municipais da administração direta ou indireta, bem como com pessoas de direito privado, para cumprimento de seus objetivos, e contratar serviços profissionais especializados nas diversas áreas de atuação a que se propõe e poder prestar os serviços permanentes e sem qualquer discriminação de clientela.
- Art. 5° O Fundo Financeiro da Associação será mantido enquanto perdurar a sua existência, não havendo remuneração, nem concede vantagens ou beneficios por qualquer forma ou título, a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores, benfeitores ou equivalente de sua administração.
- Art. 6° Em caso de dissolução ou extinção da entidade, o saldo existente em caixa, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere devidamente registrada no Conselho Nacional de Assistência Social CNAS ou a uma entidade pública, a critério da instituição.
 - § único A dissolução ou extinção da Associação só poderá ocorrer mediante proposta de membro da diretoria ou sócio-fundador, mediante a aprovação de 2/3 (dois terços) da Assembléia Geral, compreendida, como tal, a diretoria e os sócios fundadores.

TÍTULO II – DA ADMINISTRAÇÃO - DOS SÓCIOS - DOS DIREITOS E DEVERES DOS SÓCIOS

- Art. 7° A Associação terá administração própria, assim constituída: Presidente, Vice-presidente, Secretário, Tesoureiro, Diretoradministrativo e Diretor de Patrimônio.
- Art. 8° São deveres dos associados: prestigiar a Sociedade respeitando os seus Estatutos, aceitar e desempenhar cargos para os quais foram eleitos.
 - Art. 9° São direitos dos associados:
- <u>a.</u> <u>Presidente</u>: Após cumprir o seu mandato, figurar nas diretorias futuras, na qualidade de membro-nato, com direito a votar e ser votado, em igualdade de condições com os demais.





- <u>b.</u> <u>Sócios Fundadores</u>: Votar e ser votado para a composição da diretoria, mediante a apresentação de seu nome em chapa, no prazo e nas condições estabelecidas pela Assembléia Geral.
- <u>c.</u> <u>Sócios Colaboradores</u>: Participar das reuniões da Associação, adquirindo, após 05 (cínco) anos de filiação, o direito de votar e ser votado para cargo de direção, na mesma condição do sócio fundador.



TÍTULO III - DO PATRIMÔNIO

Art. 10° - O patrimônio da Associação será composto pelos bens móveis e imóveis que venha a adquirir, a título oneroso ou não, bem como, dos valores disponíveis que venha adquirir, conforme se propõe.

TÍTULO IV - DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRETORES

Art. 11° - Os diretores terão as seguintes atribuições:

- <u>a.</u> <u>Presidente</u>: Representar ativa e passivamente a Associação, em juízo ou fora dele, presidir reuniões e assembléias, gerindo os negócios da Associação, autorizar despesas e movimentar contas, em conjunto com o tesoureiro ou seu substituto.
- <u>b.</u> <u>Vice-presidente</u>: Substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.
- <u>c.</u> <u>Secretário</u>: Substituir o Vice-presidente nas suas faltas e impedimentos, lavrar atas, definir expediente da diretoria, e secretariar, de um modo geral, os trabalhos da diretoria e das assembléias
- <u>d.</u> <u>Tesoureiro</u>: Gerir, em conjunto com o Presidente os fundos financeiros da Associação, assinando, em conjunto com este as autorizações de despesas e movimentações de contas da Associação.
- <u>e.</u> <u>Diretor Administrativo</u>: Auxiliar diretamente o Presidente na execução de suas atribuições, substituindo os demais membros da diretoria nas suas faltas e impedimentos.
- <u>f.</u> <u>Diretor de Patrimônio</u>: Velar pelo patrimônio da Associação, no que se refere aos bens móveis e imóveis, promovendo a sua melhor conservação.

TÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

Art. 12° - A Associação terá um Conselho Fiscal composto por 03 (três) membros efetivos e 02 (dois) suplentes, escolhidos entre os sócios fundadores, eleitos juntamente com a diretoria.



TÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 13° - A responsabilidade civil da Associação será limitada ao montante do seu patrimônio.

Art. 14° - A reeleição da diretoria só será permitida por um período consecutivo, quer na sua totalidade, quer por cada um de seus membros.

Art. 15° - Os mandatos das diretorias serão exercidos pelo prazo de 04 (quatro) anos.

Art. 16° - No caso de impedimento de qualquer membro da diretoria por prazo superior a 90 (noventa) dias, por qualquer motivo, justificado ou não, o seu cargo será considerado vago, declarado como tal pela Assembléia Geral, e convocada, no prazo de 15 (quinze) dias, a eleição de seu substituto.

Art. 17º - A Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária só será constituída com a presença de 2/3 (dois terços) de seus membros, na primeira convocação e, em qualquer número em segunda, uma hora depois da primeira, só deliberando com votação de 2/3 (dois terços) dos presentes, em qualquer delas.

Art. 18° - A Assembléia Geral Eleitoral deverá ser realizada 15 (quinze) dias antes de findo o mandato da Diretoria e do Conselho Fiscal.

Art. 19° - Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos em Assembléia Geral.

Horizonte-Ce, 16 de junho de 2001

Presidente:

Geyanne Takhashi da Silva Lourenço

Vice-presidente:

Raimundo Nonato de Lima

Secretária:

Maria do Socorro da Silva Lima
Maria do Socorro da Silva Lima





Tesoureira:

Maria Heliene da Silva Vale

Maria Heliene da Silva Vale



Diretor Administrativo:

Evilasio Freitas Cavalcante

Diretor de Patrimônio:

Ababilison Inácio dos Santos

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Francisco Elisvan da Silva

DARTORIO MACIEL

Vogais:

Francisca Maria da Silva

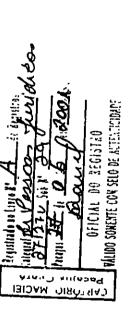
Cicero Tarciano Cruz de Oliveira

Suplentes:

Mônica Sampaio Magalhães

. Maria Lourenço de Lima

AUTENTICAÇÃO



Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de Março de 1983 Rec. de Util. Publica pela Lei Municipal Nº 018/89, de 26 de Maio de 1989 C.G.C 11.744.703/0001 - 40

RELATÓRIO DE ATIVIDADE

- ANO BASE 2000 -

01. SERVIÇO SOCIAL

A Associação Beneficente Luzia Lopes Gadêlha é uma entidade filantrópica, sem fins lucrativos, a qual faz um trabalho junto as comunidades do município de Horizonte, no ano de 2000, a entidade desenvolveu um trabalho social, onde atendeu 10 (dez) pessoas com alistamento militar, 11 (onze) pessoas foram atendidas com registro de nascimento dos filhos, liberado 04 (quatro) casamentos civil, autorizando 02 (dois) óbitos e 10 (dez) urnas funerárias, 42 (quarenta e duas) pessoas foram atendidas com prótese dentárias, foi entregue 03 (três) cadeiras de rodas, foi atendido 04 (quatro) pessoas com entrega de muletas, foi beneficiada 63 (sessenta e três) com ajuda e orientações para construção de fossas artesanais, atendendo 112 (cento e doze) famílias carentes com distribuição de cestas básicas beneficiando em média 450 (quatrocentos e cinquenta) pessoas, foi liberado 04 postes de jardins beneficiando 12 (doze) famílias em 03 (três) comunidades, foi beneficiado 18 (dezoito) famílias com a distribuição de filtro com duas velas, foi entregue 06 (seis) óculos a pessoas de baixa renda, foram beneficiada 04 (quatro) pessoas com entrega de muletas, a entidade beneficiou 08 (oito) famílias com distribuição de telhas para coberta de moradia.

02. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

EDUCAÇÃO: a entidade é mantedora do Educandário Luzia Lopes Gadêlha, que no ano 2000, manteve nesta unidade escolar 296 (duzentos e noventa e seis) alunos matriculados regularmente nos turnos manhã e tarde do pré-escolar a 4ª série do ensino fundamental, em convênio com o município no turno da noite funcionou 01 (uma) turma de alfabetização solidária e 01 (uma) turma de jovens e adultos 2ª etapa, também foram beneficiadas 250 (duzentos e cinqüenta) alunos com o programa de aplicação de flúor de bochecho e orientação de escovação, foi realizado 06 (seis) reuniões de pais e

Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de Março de 1983

Rec. de Util. Publica pela Lei Municipal

Nº 018/89, de 26 de Maio de 1989

C.G.C 11.744.703/0001-40



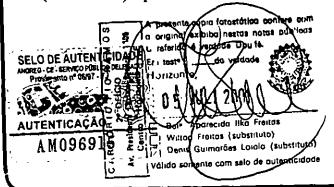
mestres, encaminhando 02 (dois) alunos para acompanhamento com psicólogo, planejamento mensal de aula com o corpo docente, reunião bimestral da direção com o corpo docente, encaminhamento de educadores para cursos na área para aprimoramento com seus alunos.

CULTURA: realizações dos festejos juninos com as quadrilhas de adulto e juvenil do Educandário, comemorando a semana da pátria com a realização do desfile com o tema "As ciências naturais abordando a história da saúde no Brasil", comemorando também a páscoa, dia das mães, dia dos pais, dia do estudante, da criança e o natal, além da festa dos doutores do ABC, turma de 2000, trabalhamos com 96 (noventa e seis) jovens atuando na Banda Marcial do Educandário, que é composta por 96 (noventa e seis) instrumentos.

ESPORTE: foi doado no ano de 2000, material esportivo para 03 (três) times de futebol de poeira, os alunos do Educandário formam o time de futebol mirim da instituição educacional, com total apoio da entidade.

03. SERVIÇO DE SAÚDE:

É mantido pela entidade, o consultório odontológico que no ano de 2000, foram realizados os seguintes procedimentos: 123 (cento e vinte e três) exames clínicos, (trinta e quatro) consultas, 268 (duzentos e sessenta e oito) exodontia, 08 (oito) aplicações de flúor, 20 (vinte) limpezas, 33 (trinta e três) selantes, 01 (um) polimento, 102 (cento e dois) restaurações de amalguia, 115 (cento e quinze) restaurações de resina, 02 (duas) cirurgias, 08 (oito) restaurações temporárias, num total de 714 procedimentos, beneficiando 252 (duzentos e cinqüenta e duas) pessoas na comunidade, no consultório médico, foi realizadas 120 (cento e vinte) consultas para crianças, realizando o acompanhamento de 230 (duzentos e trinta) pré-natal, 410 (quatrocentos e dez) consultas realizadas para adultos, no ambulatório foram realizadas 530 (quinhentos e trinta) atendimentos, entre curativos, retirada de sultura, pequenas cirurgias, verificações de pressão arterial, pulso e temperatura, 700 (setecentas) pessoas beneficiadas com distribuição de medicamentos, foi



Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de Março de 1983

Rec. de Util. Publica pela Lei Municipal

Nº 018/89, de 26 de Maio de 1989

C.G.C 11.744.703/0001-40



autorizado para hospitais conveniados, 115 (cento e quinze) partos, 84 (oitenta e quatro) LT, 06 (seis) cirurgia de fimose, 13 (treze) cirurgias de Hernioplastia, 06 (seis) Histerectomia total, 20 (vinte) Perinoplastia, 04 (quatro) Laparotocmia exploradora, 03 (três) levantamento de bexiga, também foi liberada 10 (dez) U. S. obstétrica, 12 (doze) U. S. transvaginal, 16 (dezesseis) U. S. abdominal, 14 (quatorze) U. S. pélvica, 63 (sessenta e três) encaminhamentos para ortopedista, liberado 18 (dezoito) RX, foram atendidas 18 (dezoito) pacientes com liberação e fisioterapia, etc.

Horizonte, 31 de dezembro de 2000



Entidade Filantrópica – Fundada em 19 de março de 1983 Rec. De Útil. Pública pela Lei Municipal Nº 018/89, de 26 de maio de 1989. C.G.C 11.744.703 / 0001-40



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, para fazer prova junto à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no processo de solicitação de Utilidade Pública Estadual, que o relatório de atividades e o balanço anual de 2000 da Associação Beneficente Luzia Lopes Gadelha, foram afixados no quadro geral da entidade, prefeitura, igrejas, etc, a fim de que todos possam ter ciência dos trabalhos desenvolvidos por esta organização não governamental, conforme preceitua o § 2º do artigo 2º da Lei Estadual Nº 12554, de 27 de dezembro de 1995 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 06 de fevereiro de 1996.

Horizonte, 18 de junho de 2001 De Acordo:

A Comissão de Finanças

Presidente

Francisco Elisvan da Silva

Vogais

Sancis da mana da Silva

Francisca Maria da Silva

Cícero Tarciano Cruz de Oliveira

Monica Sambaio Magalhães

Maria Lourenço de Lima

Rua: Luzia Honorato, s/n – Horizonte – Ce. – CEP 62.880-000 Fone - Fax: 336-2242

E-mail abllg@bol.com.br

ESTADO DO CEARÁ MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE HORIZONTE



DECLARAÇÃO

Dra. Patrícia Tito Vargas, Representante do Ministério Público desta Comarca de Horizonte, Estado do Ceará, por nomeação legal etc.

DECLARA, para os devidos fins de direito que GEYANNE TAKAHASHI DA SILVA LOURENÇO, RAIMUNDO NONATO DE LIMA, MARIA DO SOCORRO DA SILVA LIMA, MARIA HELIENE DA SILVA, EVILÁSIO FREITAS CAVALCANTE, ADARILSON INÁCIO DOS SANTOS, FRANCISCO ELISVAN DA SILVA, FRANCISCA MARIA DA SILVA, CÍRCERO TARCIANO CRUZ DE OLIVEIRA, MÔNICA SAMPAIO MAGALHÃES E MARIA LOURENÇO DE LIMA, uns dirigentes, outros integrantes do conselho fiscal da Associação Beneficente Luzia Lopes Gadelha, são possuidores de bons antecedentes e de conduta ilibada, não desconhecendo até a presente data qualquer fato desabonador da conduta dos mesmos.

Horizonte, 5 de julho de 2001.

TENTICAÇÃO

A M 0 9 6 9 3 %

O referito verior Deu te les conscionados de la conscionada del conscionada de la conscionada de la conscionada del conscionada de la conscionada del conscio

PATRÍCIA TITÓ VARGAS

Promotora de Justiça

370 MP - CE

Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de Março de 1983 Rec. de Util. Publica pela Lei Municipal N° 018/89, de 26 de Maio de 1989 C.G.C 11.744.703/0001-40

BALANÇO FINANCEIRO RELATIVO AO ANO DE 2000.

RECEITA	DESPESAS	AN UNITED SE
CONT. SÓCIOSR\$ 4.342,00	DESPESAS DESP. COM PESSOALR\$ ENC. SOC	38.364,00 A
DOAÇÕESR\$ 1.310,00	FNC SOC RS	3 336 00 SSAPLE
CONVÊNIOSR\$ 41.700,00	MAT. CONSUMO R\$	2.452,00, 4/8
VERBASR\$ 1.946,00	LUZ R\$ TELEFONE R\$	1.299,60
OUTROSR\$ 635,00	TELEFONE R\$	1.596,00
	GÁS R\$	619,20
	OUTRAS DESP R\$. 2.020,00

	•		,
SALDO NEGATIVO	R\$	SALDO POSITIVO	R\$ 246,20

Ozivanju Jokanoski da Silva Loutenço **PRESIDENTE**

TOTAL......49.933.00

Horizonte, 31 de dezembro de 2000. Mario Heliene da silva Val. Maria Heliene da Silva Vale **TESOUREIRA**

TOTAL.....R\$ 49.686,80

MANUSCO HIOVON da Sidua

CONSELHO FISCAL:

Francisco Elisuan da Silva

PRESIDENTE:

VOGAIS:

Francis la moisia da Silva

Francisca Maria da Silva

Levo Her Circo Cruz de Oliveira

SUPLENTES:

Mônica Sampaio Magalhães

Maria Lourenço de Lima

	18	7
DIRETOR DE PATRIMÔNIO: ADARWAY IND ADARILSON	NACIO DOS SANTOS DO	ST.
CONSELHO FISCAL:	Aig -	
PRESIDENTE: FRANCISCO	Siscen do Silva Cos	LATN
FRANCISCO	CLISUAN DASILUA	
VOGAIS! Ingulula manjo da S FRANCISCA MARIA	ilva BASILVA	
	a Al	
Cicero Pacin	NO ERUZ DE OLIVEIRI	<u> </u>
SUPLEMIES: Moniderantia	THO MITABLEIAES. STEAD	太
- Mari - 2011701	1. //	2
maria douvrer mapia ioupenço		<u> </u>
CARTÓRIO PIO RAMOS	CARTÓRIO PIO RAMOS DATA LIVRO FOLHA	
7° OFÍCIO REGISTRO DE IMÓFEIS DENIS GUINARIES LOIOLA 1° ORDANIMA	APRESENTANTE Nº Ordern COOM) _
	ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE LUZIA LOPES	/
	TRIBUNAL DE JUST PROVIMENTO OBJO	
	Emolumentos 13,451/	
AB TE SUBSTITUTE OF THE SUBSTI	& ACM 0,60 N°. Selo HR 569465	
A presente cógia fotostática confere cum original carbinal nestas notas hibilicas	S Via(a) Orluma	
C Em terral da		
SELOIDE AUTENTICIDADE ANOREG CE SERVICO PÚBLICO DELEGIANO ANOREG CE SERVICO PÚBLICO DELEGIANO Provinciento en 06597 - T. J.		
Bulle parectad like Freites		
AUTENTICAÇÃO A M 0 9 6 9 4 8 Vélido somentu com selo de autenticidade		
·		
		
		
		

<u>RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DA ATA</u> ASSOCIAÇÃO RENEFICENTE FOUHA / LIVRO R 24/10/2000 CARTÓRIO PIO RAMOS 004 APRESENTANTE Nº Ordem ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE LUZIA L Hellmill-So SELO DE AUTENTICIDA SE EM teste Morizante Mori NTICAÇÃO 2 3 Wilton Frestas (substituto)

A M 0 9 6 9 4 6 Válido somente com selo de autenticidade

CARTÓRIO PIO RABIUS CARTÓRIO PIO RAMOS 2º OPÍCIO REGISTRO DE IMÓVEIS DENIS GUIMARJES LOIOLA DATA LIVRO FOLHA 27/04/00 004 PRESENTANTE Nº Ordem DI SOCIAÇÃO BENEFICIENTE LUZIA LOPE: Cavalcante 210 di Pell mage es ì Ĵ. - A 11A DS30 MA inanda s Halball PRESIDENTE: 7 Ah, , 7, 117 GEVANHEY KA A>./ 1118 PRESIDE RATINUN') NE 19TO DE UM anielo soa mo da silva Secretaria: DASILVA LIMA TESOUREIRA: M/ ani da Propries Formation states com Full Sio Frestos PIRETOR AD Caroliante FREITHS CAVALCANTS MINGUILASIO SELO DE AUTENTICIDADE ANTENDE SELU DE AUTENTICIDADE SANDRO, CE - SERVED PÉDILODEL 1929 EN Provincetto nº 08/97 - 1) 1 AM0969475

17º neunião da Associação Beneticente CARTÓRIO PIO RAMOS CARTÓRIO PIO RAMOS
P OPICIO REGISTRO DE INÓVEIS
DENTS GUIMARIES LOIOLA
1º Salutinas DATA LIVRO FOLHA R 27/04/00 004 APRESENTANTE Nº Orden ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE LUZIA 9785818 a Coun oéma, Wish M AUTENTICAÇÃO Wilton AM096945

DESPACHO

(X) PUBLICUT-SE E DICTUA-SE EN PAUTA

(I) INCLUASE NA ORBENI DO DIA EMI OZ /OŻ /2001

(ENCAMINIE-SE À COMISSÃO

(I) LICA O TESE FAO AUTOR DA PROLOSICÃO

PRESEDENTE SE COMISSÃO

(PRESEDENTE SE COMISSÃO

(PRESEDEN

PUBLICADO Em 2 de 3 de 3901

PRESIDENTE



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei N.º <u>73/2001</u>

Encaminhe-se à Procuradoria

Dep. Francisco Aguiar Presidente da CCJR 66/08/2001

Remassa dos autos a(o) Diretor(a) da Consulturia Técnico-Jurídica, para

Elaboração do parecer

Fortaless 0 /08 /01

Gernand CA. C University Procurador OAB 70121 Co



PARECER N^o. LO10109/2001 PROJETO DE LEI N^o. 73/2001 AUTOR: DEPUTADO PAULO AFONSO



I-

Submete-se à apreciação da Procuradoria desta Casa de Leis, com o intuito de emitir-se parecer técnico, o Projeto de Lei No. 73/2001 de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Paulo Afonso, que "CONSIDERA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUIZA LOPES GADELHA DE HORIZONTE".

Segundo justificativa do nobre parlamentar, a presente proposta tem por finalidade reconhecer como de utilidade pública Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, por ser uma entidade civil, sem fins lucrativos, e que tem o objetivo de lutar por melhores condições de vida para o povo do município de Horizonte.

II- ASPECTOS LEGAIS

A Lei Estadual nº. 12.554 de 27 de dezembro de 1995, dispõe sobre a concessão de título de utilidade pública à instituição de natureza privada.

Reza o art. 1º. da citada lei que:

"Art. 1º. – A concessão de reconhecimento de Utilidade Pública às Sociedades Civis, associações com atividade social, recreativa ou esportiva, instituições filantrópicas, de pesquisas científicas e fins culturais; e fundações constituídas no Estado do Ceará, poderão ser declaradas de Utilidade Pública, obedecendo as normas estabelecidas nesta Lei."

Após uma análise da documentação que acompanha a proposição em tela, observamos que a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha não preencheu os requisitos da alínea "d" e parágrafo 2°. do art. 2°. da Lei nº. 12.554 de 27 de dezembro de 1995, qué estabelece as normas de concessão de reconhecimento de utilidade pública à instituição de natureza privada, quais sejam:

"Art. 2º.- d) As entidades, mesmo que ainda não declaradas de utilidade pública, ficam obrigadas a tornarem público os relatórios, circunstanciados dos serviços que houverem prestado à coletividade, no ano anterior à formulação do pedido, acompanhados do demonstrativo da receita e da despesa realizadas no período, ainda que não

C.C.O.

E-mail: epovo@al ce.gov.br - http://www.al.ce.gov.br



PARECER N^o. LO10109/2001 PROJETO DE LEI N^o. 73/2001 AUTOR: DEPUTADO PAULO AFONSO



tenham sido subvencionadas, apresentarem prestação de contas das subvenções e auxílios do Poder Público recebidos no período."

"§2º.- A publicação de que trata a alinea "d" far-se-á mediante notificação ou afixação dos seus relatórios e balancetes em local habitual, de fácil acesso ao conhecimento da comunidade representada."

No que diz respeito à Declaração demonstrando que o Relatório de Atividades e o Balanço Anual de 2000 foram afixados no Quadro Geral da Entidade, apesar de ter sido apresentada, esta Procuradoria sugere que referida declaração seja assinada <u>por seus dirigentes e conselho fiscal(todos os integrantes)</u>, e não somente pelos membros da Comissão de Finanças, e todos com firma reconhecida.

III- CONCLUSÃO

Diante do exposto, opinamos pelo PARECER CONTRÁRIO ao Projeto de Lei Nº. 73/2001, por não haver preenchido todos os requisitos elencados na legislação reguladora da matéria.

Por fim, vale salientar que será concedido um prazo máximo de 30(trinta) dias, para que a entidade apresente os documentos necessários à instrução da proposição legislativa, em sua totalidade, prazo este contado a partir da data da notificação dada pelo Departamento Legislativo deste Poder, sob pena de o processo ser arquivado, se não for obedecido este prazo previsto no art. 2°., § 4°., da Lei n°. 12.554/95

Fortaleza, 23 de agosto de 2001.

Dr. FERNANDO ANTÔNIO COSTA DE OLIVEIRA PROCURADOR DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

Assessorado por:

SAR CALS DE OLIVEIRA

Estagiário

C.C.O.

Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres

Tel: (0-XX-85) 277.2500 - Fax. (0-XX-85) 277.2753

Telex: (85) 1157 - CEP 60170-002 - Fortaleza - Ceará

E-mail: epovo@al.ce.gov.br - http://www al.ce.gov.br





DESPACHO



Projeto de Lei nº 73/2001 Autor: Deputado Paulo Afonso

Senhor Procurador:

Esta Coordenadoria sugere que a cópia da Notificação do Departamento Legislativo concedendo o prazo a entidade, para regularização da documentação, seja anexada ao Projeto de Lei, para verificação do prazo, nos termos em que, dispõe § 4º do art. 2º da lei nº 12.554, de 27 de dezembro de 1995.

Coordenadoria Das Consultorias Técnicas, aos 27 de agosto de 2001

Ruth Rodrigues de Lima Coodenadora



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Projeto de Lei N.º <u>73/200</u>

Designo Relator o Sr. Deputado	arl	g mon	Marque
. ~	_	- 0 /	

Comissão de Justiça, em _____de___

Presidente de CCJR

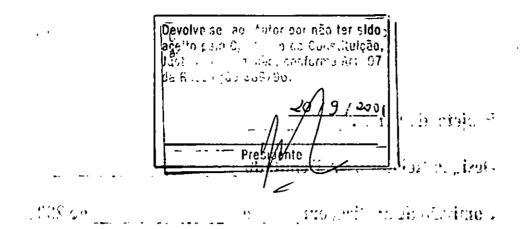
PAREČER

RELATOR

NEGADA A ADMISSIBILIDADE

AMINHE-SE À MESA DIRETORA

340 de Jestico, em 18 les Stembers 18 em 01



Parklett Color

3537974

5 5 7 B



ILM" SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO JUSTIÇA E REDÁÇÃO

- O Deputado Paulo Afonso, abaixo assinado, vem expor para no final requerer o que se segue
 - 01. no unicio de agosto o deputado apresentou Projeto de Lei, protocolado sob nº 73/01, que pretendia tornar de utilidade pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, de Horizonte.
- 02. O projeto seguita sua tramitação normal e recebeu parecer contrário da Procuradoria pelo não reconhecimento de firma dos membros da documentação exigida legalmente pela diretoria,
 - No mesmo parecer, e de acordo com a legislação, o procurador sugere a concessão de prazo para a entidade apresentar a documentação necessária.
 - 04 Em 08 de setembro, no entanto, a comissão, para minha surpresa, emite parecer contrário, diferentemente da atitude adotada para projetos em igual situação,
 - Inconformado com o tratamento diferenciado dado ao Projeto, requeiro, por fim, a juntada da documentação exigida com firma reconhecida de todos os membros da diretoria, bem como o reconhecimento de firma dos membros do Conselho Fiscal na declaração de publicidade do Balanço e relatório de atividades.

Por isto, Senhor Presidente, requeiro seja reconsiderado o primeiro parecer aposto ao projeto de Lei 73/2001 e que o mesmo seja reexaminado por essa egrégia comissão.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em Fortaleza, aos 03 de dezembro de 2001

DEPUTADO PAULO AFONSO

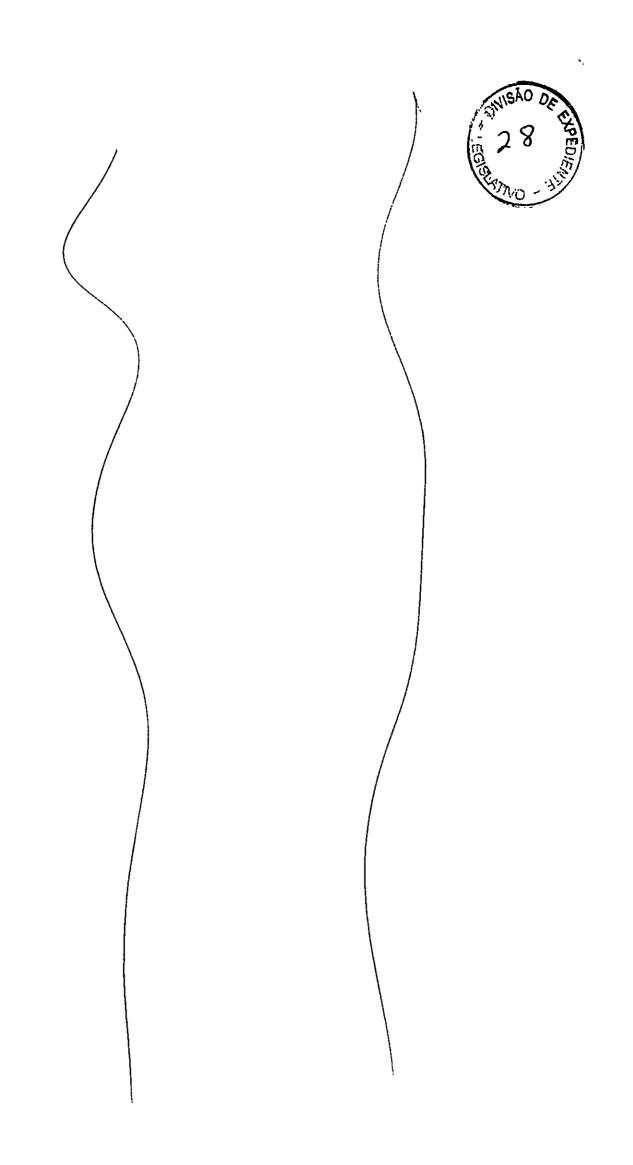
Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres

Tel: (0-XX-85) 277.2500 - Fax: (0-XX-85) 277.2753

Telex: (85) 1157 - CEP 60170-002 - Fortaleza - Ceará

E-mail: epovo@al.ce.gov.br - http://www.al.ce gov br







COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Projeto de Lei N.º 73/2001

Designo Relator o Sr. Deputado Carlomeno Marques

Comissão de Justiça, em _____de _____de 2001

Presidente da CCJR

PARECER

En djeligena M Doubej

RELATOR

Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de março de 1983 Rec. De Útil. Pública pela Lei Municipal Nº 018/89, de 26 de maio de 1989. C.G.C 11.744.703 / 0001-40



BALANÇO FINANCEIRO AO ANO DE 2000.

RECEITA	DESPESAS
Cont. Sócios R\$ 4 342,00	Desp. Com pessoalR\$ 38 364,00
Doações R\$ 1 310,00	Enc. Soc R\$ 3.336,00
Convênios R\$ 41 700,00	Mat. Consumo R\$ 2.452,00
VerbasR\$ 1.946,00	LuzR\$ 1 299,60
OutrosR\$ 635.00	Telefone R\$ 1 596,00
Total R\$ 49.933,00	Gás R\$ 619,20
	Outras Desp <u>R\$ 2.020,00</u>
	Total R\$ 49.686,80
Saldo Negativo R\$	Saldo PositivoR\$ 246.20

Horizonte, 31 de dezembro de 2000.

Presidente

Tesoureira

Vice-Presidente

Secretária

Evilasio Freitas Cavalcante Diretor Administrativo

remar lea assay transfered Adarilson Inácio dos Santos Diretor de Patrimônio

CARIÓRIO PIL PAMON

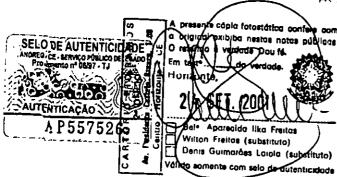
Francinco Elipson da Silva Francisco Elisvan da Silva

CONSELHO FISCAL:

Presidente

Rua: Luzia Honorato, s/n - Horizonte - Ce. - CEP 62.880-000 Fone - Fax: 336-2242

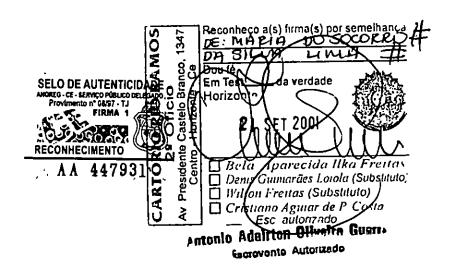
E-mail ablig@bol.com.br



ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZIA LOPES GADÊLHA Entidade Filantrópica – Fundada em 19 de março de 1983 Rec. De Útil. Pública pela Lei Municipal Nº 018/89, de 26 de maio de 1989. C.G.C 11,744,703 / 0001-40 Francisca maria da silva 2.10.2006 Francisca Maria da Silva **VOGAIS:** Glas Finis Con de Oliveira SUPLENTES: Mônica Sampaio Magalhães Milio Doutenço de Lima Reconhece at Tirmal shoot semethand DE: CICETTO TACIANO CRUE DO CRUE DE FRANCISCO ELLO DOUTENDA SILUA # econheço a(s) filma(s) por semelhança E: MARIA HELIGNE DA SILVAH DE: MARIN Dou te P ALTE # Em Test de rettage SILUM H Horizol Aparecida lika Freitas ☐ Befa. Aparecida Ilka Freitas
☐ Denis Gumarães Loiola (Substituto)
☐ Wilton Freitas (Substituto)
☐ Gristiano Aguar de P Costa ☐ Dan's Gumarães Lorola (Substrute) ☐ Witon Freitas (Substitute) Cristiano Aguiar de P. Chsta Reconhece de la la Appellada and Ella #
E MARTA LOU BENCO DE LIMAH
POUR antonia Adalfton Olivelra Guerra Adalitan Olivelra Guarra Reconhect that the thoronome Ihanga pe : GET BUNE THE HAGHT DE SILUD # DOLLE MAGALHAES # En Teal Control a. Aparecida lika Freita ela. Aparecida lika Freitas Defus Gumarães Lorola (Substitut Denis Guimardes Loioia (Substituto) Denis Guimardes Loiola (Substituto) Witon Freitas (Substituto) antonio Agailyan Offvella Guerre Fone - Fax: 336-2242 E-mail abllg@bol.com.br nte cópia fatostática SELO DE AUTENTICIDADE OFISIONE AUTENTICAÇÃO O A P 557327 Aparecida ilka Freitas Freitos (substituto)

selo de autenticidade







, O

Entidade Filantrópica – Fundada em 19 de março de 1983 Rec. De Útil. Pública pela Lei Municipal Nº 018/89, de 26 de maio de 1989. C.G.C 11.744.703 / 0001-40



DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins, para fazer prova junto à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, no processo de solicitação de Utilidade Publica Estadual, que o Relatório de Atividades e o Balanço Anual de 2000 da Associação Beneficente Luzia Lopes Gadêlha foram afixadas no Quadro Geral da Associação , a fim de que todos possam ter ciência dos trabalhos desenvolvidos por esta organização não governamental, conforme preceitua o \$2° do artigo 2° da Lei Estadual N° 12.554, de 27 de dezembro de 1995 e publicada no Diário Oficial do Estado no dia 06 de fevereiro de 1996.

Horizonte 03 de outubro de 2001.

De acordo:

Ceyanne Takahashi da S. Lourenço
Geyanne Takahashi da Silva Lourenço
Presidente

Maria do So eo en o pa S. Iva Lima

Maria Heliana da Silva Vala

Maria Heliana da Silva Vala

Secretária

Rua: Luzia Honorato, s/n - Horizonte - Ce. - CEP 62.880-000 Fone - Fax: 336-2242 E-mail abllg@bol.com.br

Tesoureira

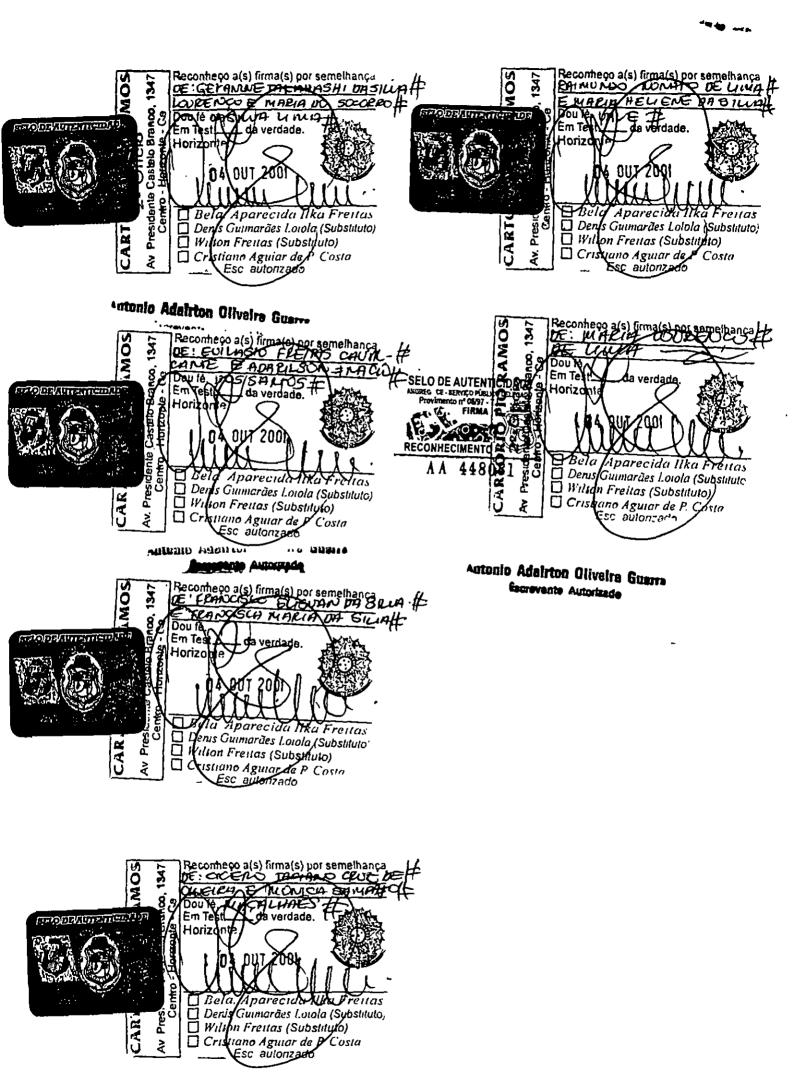
ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE LUZIA LOPES GADÊLHA Entidade Filantrópica - Fundada em 19 de março de 1983 Rec. De Útil. Pública pela Lei Municipal N° 018/89, de 26 de maio de 1989. C.G.C 11.744.703 / 0001-40 y Evalus oiralis y Adarilson Inácio dos Santos Evilasio Freitas Cavalcante Diretor de Patrimônio Diretor Administrativo Francisco Elionon da Silva Francisco Elisvan da Silva Conselbo Fiscal: Presidente Francisca maria da Silva Francisca Maria da Silva ogais: ro Forcio ly delle Cícero Tarciano Cruz de Oliveira Suplentes: **Magalhaes**

200

Monica Samparo Magainaes

naria Jourengo d'Ima Maria Lourenço de Lima

Rua: Luzia Honorato, s/n – Horizonte – Ce. – CEP 62.880-000 Fone - Fax: 336-2242 E-mail abllg@bol.com.br





COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO



Presidente da CCJR

PARECER

RELATOR	APROVADO O PARECER Comissão de Justipi, em 13 de exembre de 2001 Presidente

ENCAMINHE-SE À MESA DIRETORA

Consiste de Jestes de Jest





REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 73/2001

Considera de Utilidade Pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha de Horizonte.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1º. Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico no Município de Horizonte

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

14 de dezembro de 2001

PRESIDENTE

RELATOR

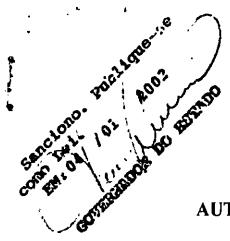
Assembléia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira, 2807 - Dionísio Torres

Tel: (0-XX-85) 277.2500 - Fax: (0-XX-85) 277.2753

Telex: (85) 1157 - CEP 60170-900 - Fortaleza - Ceará

E-mail: epovo@al.ce.gov.br - http://www.al.ce.gov.br



AUTÓGRAFO NÚMERO NOVENTA E CINCO

Considera de Utilidade Pública a Associação Benoficento Luiza Lopes Gadelha de Horizonte.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ

DECRETA:

Art. 1°. Fica considerada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Luiza Lopes Gadelha, sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro jurídico no Município de Horizonte.

Art. 2°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário

PAÇO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza,

14 de dezembro de 2001.

DEP. WELINGTON LANDIM

PRESIDENTE

DEP. VASQUES LANDIM

1° VICE-PRESIDENTE

DEP. JOSÉ SARTO

2° VICE-PRESIDENTE

DEP. MARCOS CALS

1º SECRETÁRIO

DEP. GIOVANNI SAMPAIO

2º SECRETÁRIO

DEP. EUDORO SANTANA

3º SECRETÁRIO

DEP. DOMINGOS FILHO

4º SECRETÁRIO

PF2VIDENCIAD? 0 :UTOGRAFO L Lel Nº. 95 DE 14, 12. 2001

EI N. 13.188 (1. 4 / 1 , 2002

Puaracian

ARQUIVE SE

OIV EXC ENSLATIVO

M 1915 1 2002

Luciacian